

## **CNDH recebe denúncia de caciques Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia**

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH recebeu no último dia 30 de outubro denúncia de caciques do povo Tupinambá de Olivença, que vivem no sul da Bahia. Em reunião com a conselheira Luísa de Marillac e Eduardo Nunes, além da assessora técnica da secretaria-executiva do conselho, Cláudia Macedo, os caciques expuseram as violações, assassinatos e ameaças vindas de latifundiários e policiais da região. Eles denunciam a falta de demarcação de seu território pelo governo brasileiro, em desrespeito à Constituição Federal, nos artigos 231 e 232.

O conflito se agravou recentemente, após a solicitação da Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo e intermediação de políticos influentes para que se encerre o processo de demarcação do território indígena, em curso há mais de 15 anos, em favor da implantação de *resort* português, com valor estimado em mais de R\$ 200 milhões de reais.

Segundo os caciques, em 2001 eles obtiveram reconhecimento étnico pela Funai, com criação de grupo técnico para levantamento territorial, onde vivem desde antes do ano 1500. Em 19 de abril de 2009, foi publicado no Diário Oficial da União o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da TI Tupinambá de Olivença, totalizando 47.376 hectares. “A partir da publicação, se intensificaram os ataques dos fazendeiros contra nosso povo, por não reconhecerem nosso direito ao território e nem o direito sagrado que a própria terra tem”, afirmam.

“Nosso território já foi reconhecido, quando julgado por unanimidade, em setembro de 2016, no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Determinou o STJ que se cumprisse a Constituição e que o Ministro da Justiça assinasse a devida Portaria, pois não há nenhum impedimento jurídico. A morosidade da não assinatura da Portaria Declaratória tem causado enorme prejuízo as nossas comunidades”, afirma o documento entregue pelos caciques.

Em abril deste ano, o CNDH realizou missão ao sul da Bahia para tratar de violações de direitos humanos de indígenas, tendo realizado audiência pública na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, em Igalha, para discutir a violência na região - desde 2005 foram mais de 30 assassinatos - só nos últimos dois anos, pelo menos 17 lideranças indígenas jovens foram mortas. Em todos os casos, segundo relatos da comunidade, houve pouco ou nenhum apoio do poder público na investigação. Outro grave problema tratado na audiência foi a pressão sofrida pela terra indígena por parte de fazendeiros, pela entrada do narcotráfico (inclusive para aliciamento de crianças e jovens) e a presença de mineradoras de areia, que realizam atividade extrativista de maneira ilegal dentro do território indígena.

### **Audiência**

No próximo dia 05 de novembro, às 08 horas, no Auditório do Ministério Público em Nazaré, situado na Av. Joana Angélica, 1312, acontece uma audiência pública com o tema: “Descriminalização dos Povos Tradicionais: Desafios dos Defensores de Direitos Humanos da Bahia”.

#DireitosHumanos #ParticipaçãoSocial

Assessoria de Comunicação do CNDH  
+55 61 2027-3348 / cndh@mdh.gov.br

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>